

Coligação de direita está a tratar trabalhadores precários do Serviço Regional de Saúde como descartáveis

O Bloco de Esquerda considera que a coligação PSD, CDS e PPM está a tratar como descartáveis as centenas de trabalhadores do Serviço Regional de Saúde que têm contratos precários. A proposta do Bloco para integrar estes trabalhadores no Serviço Regional de Saúde foi hoje rejeitada no parlamento pela maioria de direita.

Para reforçar os recursos humanos durante a pandemia foram contratados para o Serviço Regional de Saúde centenas de profissionais ao abrigo de regimes excecionais. O Bloco propôs a criação de um regime excecional para integrar todos os trabalhadores que respondem a necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde, mas a proposta foi hoje rejeitada no parlamento.

“Estas pessoas deram tudo pelo Serviço Regional de Saúde durante a pandemia e agora o Governo de direita recusa integrar estes trabalhadores que são necessários e vai mandá-los para o desemprego”, disse António Lima.

O deputado do Bloco de Esquerda criticou o secretário regional da Saúde por estar a utilizar o trabalho que está a ser realizado por estes trabalhadores precários para fazer propaganda, ao mesmo tempo que recusa dar-lhes estabilidade e segurança laboral.

“O senhor secretário vem para os telejornais dizer que está a reduzir listas de espera e que está a aumentar o número de consultas. Com quem? Com os trabalhadores que quer mandar para o desemprego e que diz não serem necessários”, disse o deputado.

António Lima lembra que estes trabalhadores foram fundamentais para “fazer a vacinação de todos os açorianos” e são fundamentais para aguentar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

“Aliás nem com a integração destes trabalhadores precários, o Serviço Regional de Saúde teria os recursos necessários”, assinalou António Lima.

A recusa em criar um regime para a integração destes trabalhadores é inaceitável e um desrespeito por tudo o que fizeram e fazem pelo Serviço Regional de Saúde.

Para que haja uma noção da dimensão deste problema, o deputado do Bloco apontou o caso do Hospital de Ponta Delgada, que refere no seu relatório e contas de 2021, que “mais de 15% dos seus trabalhadores têm os chamadas contratos COVID, ou seja foram contratados nos últimos dois anos e têm vínculos precários. São mais de 300 trabalhadores!”.

A aprovação da proposta do Bloco seria uma medida necessária e urgente não só para dar estabilidade à vida de centenas de trabalhadores, mas acima de tudo para dar estabilidade e mais recursos ao Serviço Regional de Saúde e assim melhorar o acesso à saúde nos Açores.

Horta, 7 de setembro de 2022